

T R É P L I C A

A CARLOS MALHEIRO DIAS SOBRE A QUESTÃO DO DESEJADO

(Continuação)

18.º ponto. Que condenei «a política expansionista de D. Sebastião» (p. xi); que chamei imbecil ao soberano «por haver planeado e executado uma conquista que a prática demonstrara de inviável manutenção» (p. LIX).

Não é exacto. O meu Amigo *nem uma só vez*, nas cento e tantas páginas do seu *Prefácio*, discute a minha tese, — a que afirmei no *Bosquejo* e condenou na *Exortação*; debate só teses e ideias que inexactamente me assacou.

O que eu escrevi foi o seguinte, que é o contrário do que me atribui:

«Um primeiro ponto posporei de início» (*pospor* significa, como se sabe, pôr de lado, pôr de fora, não considerar, não discutir): «o de ser judiciosa ou insensata a ideia em si da conquista de África. Alegar o útil da conquista de África como defesa do Desejado — é falta inteira de compreensão. O meu Amigo (espírito arguto) facilmente compreenderá que *o problema não jaz aí*. Pretender a lua é um devaneio lindo, e todos em menino fantasiámos tê-la: o ponto difícil é deitar-lhe a mão. Quero dizer: o que faz o génio, a mediocridade, ou a rotunda estupidez, não é o desejo, a ambição, ou a finalidade que impulsiona um homem: são os dotes que se manifestaram ao tentá-los realizar, — seja qual fôr, aliás, o sucesso e m que se topou. «Les grands hommes, diz Vauvenargues, entreprennent les grandes choses, parce qu'elles sont grandes; et les fous, parce qu'ils les croient faciles»...

...«*O problema, repito, não está aí*. Supondo exequível a posse de África, o que todos viam é que Sua Alteza, sendo um perfeito pedaço de asno, não era homem para a executar. Por outro lado, não é a derrota que condena o rei, mas o facto constante, ininterrupto, de casar basófia descomunal à sua descomunal estupidez. Se como resulta de qualquer bamburrio o acaso da sorte lhe desse a vitória, — chamar-lhe hia da mesma maneira o mais idiota dos fanfarrões; e sempre chamaria ao seu oponente, Mulei-Moluco, um assás completo e admirável herói — vitorioso ou não — pelas muito sólidas capacidades que constantemente manifestou» (Carta-prefácio do *Desejado*, p. xvii-viii).

Portanto, é de todo inexacto o que me atribui. Não chamei imbecil ao seu «herói» por «haver planeado e executado» (*executado*... é favor) a conquista de Marrocos, — isto é, pela *finalidade* que se impôs; mas pelas tolices que disse e fez, constantemente, ao tratar dos meios de realização.

Afirma o meu Amigo que é «mera hipótese» aquela ideia, — passageiramente aventada (pois, como disse, o problema não estava aí) — de não termos recursos para conquistar a

África, e para depois nos mantermos nela. Resulta isto da impossibilidade, em que constantemente nos encontrámos, de sustentar, até, as simples praças do litoral. Quem não pode levantar quarenta kilos, não deve poder levantar cem mil. Dou a palavra, aqui, ao dr. David Lopes, a maior autoridade portuguesa em assuntos de Marrocos:

«Como o império português da Índia, o império português de Marrocos não passou de utopia que a gente de hoje crê realizável porque a sua imaginação isso sonha. Outros recursos tinha a Espanha, e exercia na primeira metade do século xvi uma forte acção e domínio no norte de África, do Pinhão de Beles até Tripoli: todavia, viu decair o seu poder desde 1541, e nunca mais conseguiu levá-lo, senão recentemente, para além dos muros dos seus presídios. A final, assim, Portugueses e Espanhóis foram a Marrocos só para meter lança em África e dar lustre à Cruz; a espécie de penetração que se fez no sul não passou de esboço e não durou. Também se tem afirmado muitas vezes que as nossas praças de Marrocos eram escolas de guerra, criadoras de energia e de disciplina, e por isso se deviam conservar. Não foi bem assim... A pressão dos mouros respondia já fracamente o nosso esforço... Agora Portugal era obrigado a levantar gente de guerra em Andaluzia para guarnecer as suas praças. Fôra deste modo sempre que qualquer das praças perigava. Era o feitor de Andaluzia que a recrutava. Assim, em 1509, receoso de ser cercado pelo rei de Fez, pedia o conde de Borba 200 homens ao feitor Nuno Ribeiro, e no cerco de 1516 outro tanto fazia D. João Coutinho.

«Mais tarde, porém, *esse alistamento era constante* e não já excepcional. A carta do feitor Manoel Cirne a D. João III, de 1534, mostra-o bem. Só para Arzila manda êle 50 besteiros e espingardeiros, sem haver perigo de momento. Em 1541 fez-se recrutamento de muita gente para guarnecer Azamor. Em 1549, mandava-se Luis de Loureiro ao Porto de Santa Maria recrutar 2.800 homens para defender as praças do norte, sendo 500 para Arzila, como vimos. Assim, *a mais da gente destes lugares era castelhana, de Andaluzia*; era gente mercenária, e por isso pouco escrupulosa. «Ordinário», diz Sousa, «é a gente que corre a receber soldo nestes lugares grandes ser a que mais segue soltura de vida e costumes: homens brancos e lerdos para a boa disciplina e mui faceis e prontos para todo insulto»... A vida dos moradores de Arzila e das outras praças era precária; são tristemente elucidativos muitos dos documentos que publicámos no Suplemento do Anais de Arzila, os mais deles dimanados dos capitães delas.» (David Lopes, *História de Arzila*, p. 441 e seg.).

A «mera hipótese», portanto, é muito plausível. Por falta

de gente portuguesa, guarneciam-se com castelhanos essas poucas praças do litoral: com quem, então, se ocuparia o hinterland? Mas repito que o problema não está aí, e que a minha tese não foi essa: *muito expressamente lhe declarei que não foi essa*, mas a que expusera no *Bosquejo* e o meu Amigo contestou: isto é, a incapacidade do monarca para realizar o empreendimento, clarissimamente demonstrada no decorrer da expedição. Ora, na página LXIV do seu *Prefácio* diz o seguinte:

«Resta apenas de pé, sujeita a controvérsia, a questão de se aquilatar até que ponto influiu no malôgro» (da jornada de África) «a circunstância de ser o rei um *pedaço de asno*»...

Ao chegar a êste ponto na leitura do seu *Prefácio*, exultei, clamando para mim: «lá vai êle, finalmente, entrar no assunto que me discutiu, no ponto por que me atacou!» E qual não foi o desapontamento quando li para diante, logo a seguir:

«E como eu, na minha *Exortação à Mocidade*, não cogitei das capacidades de general e de estadista de D. Sebastião, mas sómente das suas capacidades heróicas, é pelo que escrevi que reclamo ser julgado e não pelo que me atribui a fantasia do sr. António Sérgio».

Fenomenal!

Fenomenalíssimo!

E para se negar a entrar no assunto (per Bacco!) nos dá um *Prefácio* de mais de cem páginas!

Eu escrevi no *Bosquejo* que o Desejado se revelara, na jornada de África, um incapaz, fanfarrão e mentecapto, *não negando que fôsse teso* (ao que chama «herói»); salta o meu Amigo e diz à Mocidade que eu que errei, que não percebera a «lição eterna», que contara a história mal contada. Eu defendo-me, demonstrando que a afirmação do meu *Bosquejo* (a que o meu Amigo me combateu) estava certa. E volta agora o meu Amigo e diz que sim, que talvez, mas que não é isso que quer discutir...

Mas se não é isso (a minha tese) o que quer discutir — porque combateu a minha tese no seu discurso à Mocidade? porque atacou a minha pessoa? porque foi abrir a discussão?

O que se vê por aquelas frases é que acha lógico e naturalíssimo admitir que o Desejado nos levou à derrota pelas suas tonteiras de pedaço de asno — e conceder-lhe, com tudo isso, o nome de Herói! Que grande absurdo, illustre Amigo! Que idea do Herói!

19.º ponto. Os exemplos do infante D. Henrique em Tânger e de Carlos V na expedição de Argel.

Estes dois exemplos são absurdos, e um cúmulo de falta de lógica.

Afirmei-lhe que fôra um erro, isso de chamar ao Desejado, como chamou, uma reincarnação dos lusíadas do século xv, pois a maneira de proceder do «ferrabrás» é precisamente o contrário do procedimento *característico* dos nossos heróis do século xv, *que lhes dera as vitórias*: conquista de Ceuta, passagem do Bojador e do Cabo Não, descobrimento das ilhas e da costa de África, dobrar do Cabo da Boa Esperança, chegada à Índia. E que me responde o meu Amigo? Que o infante D. Henrique não seguiu *uma vez* o mesmo método, quando foi a Tânger. Ao lê-lo, esperei que no final nos mostrasse o infante... *vitioso* em Tânger. Sim: que houvesse descoberto quaisquer do-

cumentos que provassem que Tânger não fôra derrota, mas vitória. Que se fôsse vitória, percebia eu o seu argumento...

Como é que um homem inteligente — Malheiro Dias — não vê que Tânger, *derrota*, é a confirmação da minha tese? A maneira de proceder dos Portugueses, desde os Atoleiros até Calicut (maneira de proceder que lhes deu a vitória) foi uma certa, que eu expliquei; uma vez, porém, seguiu-se um outro método, — *e o resultado foi a derrota*. Logo, está confirmado o que eu dissera... E' o que toda a gente concluiria — pois não é?

Mas então (dirá) um homem como D. Henrique pode enganar-se uma vez na vida; um homem como Carlos V, sofrer um dia uma vertigem...

Pois claro que pode. Augusto Comte enlouqueceu por duas vezes; Taine, com o *surmenage* de uma obra, esteve incapaz de fazer coisas que são trabalho de menino de escola; Napoleão perdeu em Waterloo (dizem agora alguns doutores) por um ataque de histeria. O que torna Comte, porém, um herói do pensamento — não é o facto de ter estado doido; nem Bonaparte um herói da acção — o ter tido um ataque de histeria e perder a batalha de Waterloo... Esses são os momentos em que *não* foram nada heróis. Patetas, digo, são os que mostram *permanentemente*, normalmente, a mentalidade em que caem os outros (e até os génios) nas grandes crises de fadiga.

Vai Carlos V contra Argel. (Destruir êsse foco de pirataria era, como se sabe, um grande serviço aos europeus). Procedeu sempre como um general; mas eis que estala um furacão, — imprevisível — e que esse furacão estraga tudo. O imperador, esvaído, perde a cabeça... E então? Que conclue de aí?

Cabeça perdida, porém, teve-a *sempre* o seu «herói». Conhecem-se as causas ocasionais, *passageiras*, as crises de *surmenage* e de emoção, que transtornaram um Carlos V, um Comte, um Bonaparte, um Taine; mas o Desejado mostrou-nos *sempre*, quando adulto, uma mentalidade de rapazito; foi o que se chama *um atrasado mental*, — e um «arreatado *delirante*», como o meu Amigo o definiu.

Resposta análoga à que lhe forneci para os casos de Carlos V e de D. Henrique lhe dou para o caso de Scipião, que conta assim:

«Scipião, acusado de concussionário e recusando-se ao vexame de ter de justificar-se, despedaçou perante os juizes os pergaminhos em que se achavam inscritas as suas rectas contas. Procedeu como um herói. Mas é a sua atitude sensata?» (p. LXIX).

Só lhe pergunto, agressor Amigo, se foi aquele procedimento que o constituiu herói; por outras palavras: se passou à História como grande herói pelo simples facto de rasgar as contas, ou por outras façanhas mais meritórias (e mais difíceis) que antes ou depois levou a cabo; e quais foram as grandes, difíceis obras, comparáveis às obras de Scipião, que levou a cabo o seu «herói» — «o mais admirável herói da História»?

Era o Desejado — *normalmente* — pois, o que todos nós nas crises mentais. Os exemplos são a granel. Vamos ver um, a propósito dos «planos» do «ferrabrás».

20.º ponto. Os «planos» do Desejado (p. LVIII e seg., LXII, etc.)

Sim. Isso a que chamam a «política» do nosso homem, — a troca da Índia por Marrocos.

Conta Fernando de Góis que D. Sebastião, um dia, preparou um passeio pelas salinas águas, no galeão *S. Martinho*. Saiu pois pela barra fóra, com fidalgos da comitiva; e já no mar alto chamou os pilotos, para tramar com eles uma conjura. Dou a palavra a Fernando de Góis, com seu castelhano aporuguesado:

«Y mandó tomar la derrota para las Indias Orientales. Lo que visto por los pilotos, avisaron luego a los cavallos que allí iam de la voluntad del Rey, y de como se les acabaria el bastimento y agua dentro de 15 dias, y se hallarian engolfados sin esperanza de remedio. Todos se fueran al Rey, representandole el peligro que se porvia, suplicandole mudase parecer, señalandole juntamente otros muchos inconvenientes que a su honor y reputación contradecian. El entonces, de muy mala gana y casi forzado mandó hacer buelta, diziendo que todos de puro miedo le hazian bolver, mas que el los meteria en una de donde no supiesen salirse: y así lo hizo en lo de África» (Fernando de Góis, *Relacion de las vidas y hechos de los Reyes de Portugal*, Milão, 1596, p. 70 e 71).

Aí temos portanto um sublime monarca que andando a passeio sobre as glaucas ondas resolve de súbito abandonar o reino e correr tontamente para o fim do mundo, — isto por conjura com os seus pilotos, sem se dizer nada a mais ninguém, e sem se saber por quê, nem para quê! Pena foi, quanto a mim, que o sr. Antero de Figueiredo não «pusesse em arte» este episódio; mas havia de pô-lo (não concorda?) — com música de Offenbach!

Ora, infere-se do dito episódio:

1.º que D. Sebastião era maluco, — ou «arrebataado delirante», como prefere dizer o meu Amigo;

2.º que uma das manifestações da maluqueira era a de chamar covarde a toda a gente;

3.º que se não meteu a guerrear em África para pôr por obra o plano político que actualmente lhe atribuem: o de trocar a Índia por Marrocos; era levado pela tonteria: e como o não deixaram passar à Ásia — foi para Marrocos. «Que el los meteria en una de donde no supiesen salir-se: y así lo hizo en lo de África». Nada mais.

O que tem graça, é o classificar o meu juízo (a minha opinião sobre o Desejado) — de «hipótese racionalista» (p. LIV). De doido o qualificaram no tempo dele (que saibamos) Martim Afonso de Sousa e o barão do Alvíto. Chamar doido a um doido varrido não é uma «hipótese racionalista»: é uma conclusão do senso comum.

21.º ponto. O Desejado e Nunálvares (p. LXXIII e seg.)

Aquela acusação de covardice, lançada sempre e a propósito de tudo, aos fidalgos do país e aos maiores capitães da sua época — um D. João Mascarenhas, um duque de Alba, — inculca, por si só, desarranjo mental. O que me deixou, porém,

sem côr, sem voz, num êxtase, num pismo,

foi a sua idéa tão estrambótica de assimilar o acto de D. Sebastião, a chamar covarde ao duque de Alba numa sala de Guadalupe, com aquilo de Nunálvares em Valverde, quando, para contrariar os maus efeitos das palavras de um escudeiro, ditas «de guisa que o ouviram todos», soltou as frases esforçadas a que se refere o meu Amigo. Entre os dois actos — que paridade há? Bastaria lêr em Fernão Lopes a narrativa desse episódio (onde realçam a *inteligên-*

cia e o dom de comando do Condestável) para se ver a diferença radical em relação ao Desejado, — o «supinamente tolo»:

«O conde (Nunálvares), sendo certo de sua grão multidão (dos castelhanos), falou sobre esto com os capitães e cavaleiros da sua hoste, esforçando-s como fizessem, e dizendo-lhes a maneira que haviam de ter; e outra vez proveu a vanguarda e reguarda e alas, para cada um ser lembrado onde havia de ir e como havia de fazer batalha em que no seguinte dia esperavam de entrar, da qual coisa muito prouve a todos»...

Foi nestes preparativos de prudentíssimo e de inteligente capitão (nada parecido com o seu «herói») que o interrompeu o escudeiro, encarecendo o número dos inimigos «de guisa que o ouviram todos». E Nunálvares, para anular os efeitos depressores de tal discurso nos seus homens, — como bom psicólogo que realmente era — tornou-lhe assim:

— «Afonso Pires, amigo, prouvesse ora a Deus que fôsem aqui ora juntas tôdas as gentes do reino de Castela; que com a graça de Deus tanto haveríamos muito mór honra» (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, 2.ª parte, LVI).

Não sei porque interpreta estas palavras como uma expansão de farronqueiro, quando são um acto de estratégia moral — matemático, por assim dizer, intencional e propositado; não sei, também, que pretende dizer ao chamar «incrível» à batalha dos Atoleiros, que é um modelo de lucidez, e onde a vitória dos portugueses se explica geometricamente, com razões conhecidas de todos. Não posso agora, por falta de espaço, fazer uma análise do Condestável; limito-me a recortar, pois, estas palavras de Fernão Lopes:

«Assim que, vista sua prudente e notável discrição... o proveu entonce em alteza de grande e honroso officio nas guerras e hostes do reino... Este, não receando noites ásperas nem esquivos dias, não temia de se pôr a quaisquer aventuras por haver vitória dos inimigos, não por desprezar com soberba afouteza a multidão deles, mas porque nenhum avisamento antigo podia entonce ser igual às suas *sajarias*, de que este novo guerreiro, sendo sempre muito sem ufanía e levantamento em seus bem-aventurados vencimentos, assim *sajamente ordenava seus feitos* que nenhum outro podia entender o propósito de sua invenção, salvo aqueles com que costumava de o falar. Da *ardileza e bom regimento* (em que está a principal cousa da guerra) era êle assim comedido que quem semelhante a êle entre os mortais quisesse buscar assás lhe seria de trabalho... Foi dealta e prudente conversação...» (Ibid., 1.ª parte, cap. CLXXXIII).

Eu bem sei, ilustre Amigo, que isto de dizer que «a principal cousa da guerra» está na «ardileza e bom regimento», e na prudência ou «sajaria», e que Nunálvares era «discreto» e «sajamente ordenava seus feitos», vai fazê-lo rir de Fernão Lopes: como também rirá de Napoleão, que afirmou: «dans tout ce qu'on entreprend, il faut donner les *deux tiers* à la raison et l'autre tiers au hasard» — quer dizer, à audácia. Napoleão e Fernão Lopes eram ridículos pedagogos, como eu sou. Ria, que agradará a uns portugueses de hoje — cujo poema nacional não é os *Lusíadas* de Camões, mas *Os Burros*, de Macedo, e *O Reino da Es-*

tupidez. Gentes para quem, na verdade, o «supinamente tolo» — parece que foi a «lição eterna»!

Que Nunálvares era audaz, arrebatado, — alega o meu Amigo no seu *Prefácio*. Evidentemente que era audaz; e é preciso estar (como estava) de todo falho de argumentação, para perder o tempo e o feitiço a proclamar coisas tão evidentes, — que ninguém negou, nem pode negar. O que eu disse (e torno a dizer) é que há entre êle e o Desejado esta diferença essencial, pela qual o segundo não pôde ser tido como «reincarnação» do primeiro: D. Sebastião era tonto — «supinamente tolo», — incapaz de realizar a menor empresa, qualquer que fôsse; e o Condestável era audaz, sim, mas como o descreve Fernão Lopes: com «prudente e notável descrição»; com «ardileza e bom regimento»; com ordenada «sajaria». Está entendido? E agora ria; ria de mim, de Fernão Lopes, de Bonaparte; mas se é na verdade amante do riso — leia *Os Sebastianistas*, de José Agostinho. Tenho a certeza que rirá mais.

Mas devo advertir, entre parêntesis, que não havia semelhança alguma nas situações de Nunálvares e do Desejado. Êste podia não ir à África; mas para Nunálvares (e para o Portugal da sua época) o transe era disto: vencer ou morrer.

Uma nota mais. Quando D. Henrique foi a Tânger, sabia-se mal o que Marrocos era, e quais as possibilidades de uma guerra em África; quando lá foi o Desejado, havia dois séculos, quasi, de conhecimento e de experiência, — aquela experiência que pudemos ver nos trechos citados de David Lopes. E ainda mais: a expedição a Tânger de D. Henrique fazia parte de um plano político, que sabemos qual é; de D. Sebastião, pelo contrário, ainda se não sabe que idea o levou. A-pesar disso, o D. Henrique a que chamamos herói não é o infante da derrota de Tânger (onde, no entanto, não teve os actos de incapacidade de D. Sebastião na jornada de Africa) mas o das vitórias das Navegações. ¿Quais são os actos de capacidade, quais são as vitórias do Desejado, que o fazem herói, — o mais admirável herói da História?

Os seus ditirambos sôbre a fé, neste ponto, são na verdade muito hábeis, porque lhe trazem a simpatia de uma parte dos católicos, a saber: os pouco espertos e os que o são de mais. «Son action» (dizia Voltaire de um homem hábil) «reposait sur des équivoques; c'est dire qu'il avait pour lui la foule qui ne raisonne pas et certains gens adroits qui raisonnent fort bien». Nada de equivocos! Não me apresente aos seus leitores como inimigo da religião, que o não sou. Os católicos portugueses, se soubessem alguma coisa da religião que dizem seguir, estariam todos da minha banda, repelindo — como deviam — a caricatura do Catolicismo que o meu Amigo nos vem prégar.

Resava Nunálvares em Valverde? Muitissimo bem. É a oração bellissima coisa; para vencer batalhas, no entanto, não absolutamente essencial. Nem César, nem Frederico o Grande, primavam muito na oração. Por outro lado, há heresia em comparar, neste ponto, Nunálvares e o «ferrabrás». D. Sebastião, em rapazinho, e sob a influência dos padres Câmara, mostra talvez um aspecto místico; depois, vê-se o que era por natureza, e não há relevos de religiosidade no D. Sebastião da jornada de África. Diz a *Carta a um abade da Beira* que «aqueles cinco dias de caminho não se disse missa no arraial, nem houve oração nem devoção pública»; mas houve rixas, devassidões e blasfêmias, bebendo, cantando e «fazendo desonestidades», com as oitocentas mulheres que o joven místico, idealista e virgem, deixou que seguissem no seu exército, e foram um refrêscio para o ini-

migo na tarde calmosa de Alcácer Quibir (sempre com música de Offenbach). Deixemo-nos pois de tais equivocos, que só servem para ganhar (como diz o outro) «la foule qui ne raisonne pas — et certains gens adroits qui raisonnent fort bien»!

22.º ponto. Diz assim: «o que dele (D. Sebastião) sobrevive, não é o culto da intelligência pelo *Homem*, mas o culto do sentimento pelo *Herói*». (p. LXXII-III).

Eu cuidei até hoje que quando um homem era um herói, — era o homem que era o herói... Mas não tentemos perceber, e vamos lá.

Tôdas as páginas do seu *Prefácio* (é fácil vê-lo) assentam na idea, — ou pseudo-idea, — de que D. Sebastião foi desvairado, impulsivo, ferrabrás e delirante, possivelmente pedaço de asno (p. LXIV), incapaz de realizações, — mas herói. O meu Amigo, se quisesse usar de alguma lógica (coisa supérflua em Portugal, e até nociva) deveria começar por declarar à gente o que é que entende por ser herói. Não o faz; e tenho eu por isso de procurar inferir, pelo que diz, qual devera ser logicamente a sua definição do heroísmo.

Busquemos um fio, pois, no labirinto em que nos meteu. Esse fio existe: é a autoridade que tomou no assunto — Emerson, — do qual diz:

«Se ao critério que o sr. António Sérgio applica à exortação de D. Sebastião substituírmos o de Emerson, ver-se há o deplorável *pedaço de asno*, a que o reduziu o *magister* do racionalismo, readquirir o prestígio magnético do heroísmo, polarizado por todos os seus dons excepcionais» (LXIX).

Li isto, e sorri. Muita gente que escreve, em Portugal, conta com a ignorância de quem lê, com a sua indolência ou estupidez: engana em suma o bom leitor, com aquele «heroísmo de afirmar» de que fala o Eça na *Relíquias*. Não é dêsses o meu Amigo, clarissimo está; mas pode às vezes, por influência alheia, cair na pecha inconscientemente, como vai ver.

Suponhamos nós que existe um quidam, entre os leitores do seu *Prefácio*, que se lembra de recorrer ao livro de Emerson. Há de descobrir com espanto lúrido que os heróis estudados são os seguintes: Platão, Swedenborg, Montaigne, Shakespeare, Napoleão, Goethe — a que se pôde juntar Voltaire (veja para êste, na edição Tauchnitz — a mais acessível — p. 32); e se tiver exame de instrução primária, verifica que um único dêsses heróis (Napoleão) foi homem de guerra; e há de formular suspeitas pávidas sôbre os processos críticos do meu Amigo...

Mas vamos por partes. Fantasiemos que o seu leitor não é de todo ignorante, e que sabe que o mestre do dito Emerson, em questão de heróis, é Carlyle — no livro *On Heroes, Heroworship, and the Heroic in History*, lembrando-se ainda (ou indo ver) que os heróis estudados são os seguintes: Mahomet, Dante, Shakespeare, Lutero, Knox, Johnson, Rousseau, Burns, Crowwell, Napoleão; e se tem exame de instrução primária (como é de supor) avulta-lhe na alma, provavelmente, aquela mesma suspicácia fúnebre...

E pensará depois com os seus botões: que há naqueles homens, que os torna heróis? Que faz o herói, segundo Emerson? Não, de-certo, a tesura guerreira ou do ferrabrás, como Malheiro Dias nos vem dizer. Os mais deles nunca viram guerras; alguns, até, são celebrados pelo aca-

nhamento, como Rousseau... Que haverá pois que os torna heróis?

Com dois minutos de reflexão, o mais inocente perceberá a giorno que o que há de comum a todos êles, — é a **CAPACIDADE** para as grandes coisas: para dar às sociedades novo rumo, para enriquecer o nosso espírito, para transformar o ser humano. São êles os grandes condutores da vida, os «duques», os «reis». «The Duke means *Dux*, Leader; King is *Kon-ning*, *Kan-ning*, Man that *knows* or *cans*... He is called *Rex*, Regulator, *Roi*; our own name is still better: King, *Konning*, which means *Can-ning*, *Able man*... Worship of a Hero is transcendent admiration of a Great Man» (*On Heroes*, ed. Tauchnitz, p. 19 e 233). O Herói é o Grande Homem («Great Man»; ninguém se lembraria, como o meu Amigo, de separar jamais o Herói do Homem); o Herói é o homem **CAPAZ** (Able-man), o que *sabe* e o que *pode* (Man that *knows* or *cans*).

Pense o meu Amigo nos heróis nacionais (reis ou lendários), e verá sempre a mesma coisa: o homem *capaz*, aquele que *sabe*, aquele que *pode* (the Able-man, the Man that knows or cans); o homem enfim dos trabalhos de Hércules; o homem dos recursos e do saber de Ulisses. Brigões há muitos por essas ruas, na Mouraria; os *capazes*, porém, de levar a cabo trabalhos de Hércules, — são pouquíssimos. São Nunálvares, D. João II, Afonso de Albuquerque, Magalhães... Escrever os *Lusíadas* é trabalho de Hércules: ponhamos Camões; Carlyle pôs Dante, Shakespeare, Johnson, Burns, Rousseau. Em Portugal, eu poria Verney, Herculano, Antero. Saberá porquê...

E voltemos agora destes altos cumes para o «mais admirável herói da História», a «lição eterna», o Desejado. Mas é o cúmulo do **INcapaz**, do que *não* sabe, do que *não* pode! É a perfeita negação do Herói, segundo Carlyle e segundo Emerson. Pois não é?

Mas tornemos ainda ao seu autor; tornemos a Emerson.

Alega o meu Amigo que os heróis, segundo Emerson, são espíritos *intuitivos* (p. LXIX).

Refolhee o Emerson; e não achei, por acaso, as palavras que dele citou. O meu Amigo (de-certo com o fim de não ser «pedante») não subministra indicações de páginas: não ousou concordar com tal critério; mas pouco importa. O que faz agora é atirar palavras, sem querer cuidar do sentido delas. Pois diga lá: que significa então um *intuitivo*?

Todos o sabem; mas exemplifiquemos (por coquetismo) com o próprio autor que me citou. Abra o seu Emerson, a p. 66:

«The Arabians say, that Abdul Khain, the mystic, and Abu Ali Seena, the philosopher, conferred together; and, on parting, the philosopher said: All that he sees, I know; and the mystic said: All that he knows, I see. If one should ask the reason of this intuition», etc.

Traduzindo:

«Dizem os Arábes que Abdul Khain, o místico, e Abu Ali Seena, o filósofo, conferenciaram; e que, ao separarem-se, o filósofo disse: tudo que êle vê, eu conheço; e que o místico disse: tudo que êle conhece, vejo eu. Se inquirirmos do porquê desta *intuição*», etc.

Logo: diz-se de alguém que é *intuitivo* quando tem intuições *que saem certas*, verdadeiras, exactas, vitoriosas, — confirmadas, em suma, pela inteligência e pela experiência; quando aquilo que vê a intuição (Abdul Khain) é verificado pela experiência (Abu Ali Seena). Quando as

intuições, porém, são sempre erradas, é-se o *contrário de um intuitivo*: é-se um tolo («supinamente tolo», como diz Camilo).

Ora bem: as intuições de D. Sebastião — saíram erradas. *Tôdas erradas*. Logo...

Está entendido?

Mas voltemos ao seu Emerson. Diz êle assim (p. 28):

«Sword or staff, or talents sword-like or staff-like, carry on the work of the world. But I find him greater, when he can abolish himself, and all heroes, by letting in this element of reason, irrespective of persons; this subtiliser and irresistible upward force, into our thought, destroying individualism; the power so great, that de potentate is nothing».

Traduzindo:

«Espada e bastão, ou talentos da natureza do da espada e do bastão, realizam a faina do mundo. Mas acho o homem maior quando pode abolir-se a si, e todos os heróis com sigo, à força de *participar daquele elemento de RAZÃO*, que está acima das pessoas; dessa subtilizante e irresistível força ascensional, que no nosso pensamento destrói a individuação: dêsse enormíssimo poder, ante o qual os potentados são coisa nenhuma».

Porisso mesmo: porque o herói supremo, para o *seu* autor (para a *sua* autoridade em heroísmo, com que declarou que me podia esmagar) é o *herói da pura RAZÃO* (e não o herói do poderio, e menos ainda o «ferrabrás») põe êle Platão acima de todos, aclamando as palavras dêste filósofo: «Intellect is king of heaven and of earth» (o Intellecto é o rei da terra e do céu; p. 92); e por isso diz de Bonaparte, herói do poder: «he is no hero, in the high sense» (não é êle um herói, no alto sentido da palavra; p. 222).

E dêste herói do poderio, escolhido por Emerson (o *seu* autor) como o maior dos dessa espécie — Bonaparte — diz mais assim:

«The prudence with which all was seen, and the energy with which all was done... Compact, instant, prudent... He respected the power of nature and fortune, and ascribed to it his superiority, instead of valuing himself, like inferior men, on his opinionativeness and waging war with nature... He never blundered into victory, but won his battles in his head, before he won them on the field... His very attack was never the inspiration of courage, but the result of calculation... I should cite him, in his earlier years, as a model of prudence» (p. 227, 228, 229, 234, 244).

Traduzindo:

«A *prudência* com que tudo viu, e a energia com que tudo fez (Bonaparte)... Sólido, veemente, *prudente*... Respeitou o poder da natureza e da fortuna, e a êsse respeito attribuia êle a sua superioridade, em vez de, como os homens inferiores, pretender fazer-se valer pela teimosia (comparar com D. Sebastião, homem inferioríssimo pelo critério de Emerson) e tentar guerrear com a natureza... Não alcançava a vitória às apalpadelas, mas *ganhava as batalhas na cabeça*, antes de as ganhar no campo... Os seus ataques não eram nunca a inspiração da coragem,

mas o resultado do cálculo... Poderia citá-lo, na primeira parte da sua carreira, como *um modelo de prudência*.

Eis o que diz o *seu* autor sobre o herói máximo da guerra.

Fui rere neste lance aquela afirmação do seu *Prefácio*: «se ao critério do sr. António Sérgio substituímos o de Emerson», etc. E sorri. E lembrei-me dos nomes feios que me chamou, — desde o de «desleal» e de «sofista» até o de «escritor de pilhérias ignaras»... Sim: pedante, desleal, sofista, ignaro... E sorri... Oh, o «heroísmo de afirmar»! Pobres, pobres leitores do meu País!

Não tomo ao trágico estas disputas (isso sim!) e não tenho com o meu Amigo o mais pequeno ressentimento. Portanto, nem me magoa com os nomes feios, nem me enaidece, agora, com as coisas bonitas que diz de mim. É uma delas (não são numerosas, actualmente) a «comprovada perícia de analista». Vou confessar-me. O segredo da «perícia» é muito simples, e está no conselho de Polónio:

This above all, — to thine ownself be true;
And it must follow, as the night the day,
Thou canst not be false to any man.

(*Hamlet*, 1, 3)

«Isto, acima de tudo: sê verdadeiro contigo próprio: e seguir-se há, como a noite ao dia, que não serás falso para ninguém».

Por outras palavras: levar para os problemas a ingenuidade, a pura sinceridade connosco próprios, sem preconceito nem paixão: e seguir-se há, como a noite ao dia, — que não enganaremos o leitor...

Ou ainda: não se deixe arrastar pelas paixões: — para se não parecer com êsses que, citando um livro, dizem o contrário do que lá está...

Que o faça um escritor de quinta ordem, — paciência; mas não um Malheiro Dias. Isso não!

ANTÓNIO SÉRGIO.

(*Conclui no próximo número*).



POLÍTICA ALEMÃ



Grande almirante Tirpitz

Presidente da Liga da Pátria Alemã, durante a grande guerra

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

III Congresso Nacional Marítimo. Téses e diversas propostas a apreciar pela reunião Nacional dos Sindicatos Marítimos, editado pela Comissão Organizadora, realizada em Aveiro, a 19 de Outubro de 1924. — Lisboa, Técnica Tipográfica, 1924.

O Estado mestre-escola e a necessidade das Escolas Primárias Superiores. Conferência por João de Deus Ramos. — Sociedade Ed.^a Portugal-Brasil, 1924 (23 pag.).

Jaime de Magalhães Lima — «Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da história nacional». Guimarães, ed. da Sociedade Martins Sarmento, 1924 (129 pag.).

Alberto Rego — «Músicos célebres». Sonetos. — Coimbra, Tip. da Gráfica Conimbricense, Ld.^a, 1924 (58 pag.).

Carlos Aguiar de Loureiro — «Pétalas de fogo». — Lisboa, Tip. Algarve, 1924 (70 pag.).

Comissariado Geral dos Abastecimentos (Ministério da Agricultura). — Relatório e contas. Gerência. Agosto de 1922 a Dezembro de 1923. — Lisboa, 1924 (12 pag.).

João Cabral do Nascimento — «Alguns sonetos». — Lisboa, Tip. Formosa, 1924 (39 pag.).

Catálogo de obras antigas e modernas. — Lisboa, Liv. de João de Araujo Morais, Ld.^a, 1924 (220 pag.).

Beatriz Arnaut — «Saudade». Trovas. — Lisboa, ed. da Liv. Portugalia, 1924 (102 pag.).

Campos Lima — «O Amor e a Vida» (Contos). Lisboa, 1924 (143 pag.).

Correa-Calderon — «El Milano y la rosa». Novela. — Galicia, 1924 (94 pag.).

«Espiritualismo e racionismo» (Comentários inocentes). — Coimbra, ed. Coimbra Editora, Ld., 1925 (23 pag.).

Claudio Basto — «Foi Eça de Queiroz um plagiador?». — Porto, edição de Maranus, 1924 (272 pag.).

Ruy Gomes — «Sob a garra do sonho». — Lisboa, Imp. Lucas & C.^a, 1924 (131 pag.).

Ruy Gomes de Carvalho — «Teoria do comércio» (Aspectos jurídico e económico). Parte 1.^a: Do Comércio em geral. 2.^a edição. — Empresa Lumen, 1925 (133 pag.).

A. Vieira Novo — «Lourdes perante a história, a ciência e a fé». — Braga, Liv. Cruz, 1924. (340 pag.).

Vicente Blasco Ibanez — «Os Quatro Cavaleiros de Apocalipse» (Romance). Tradução de Raúl Proença. — Lisboa, Livraria Peninsular Editora, 1924. (393 páginas).